

**HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ: DIÁLOGO ENTRE A
HISTÓRIA E A CULTURA ESCOLAR**

**HISTORY OF IMPLANTATION OF CEDUP TIMBO: DIALOGUE BETWEEN
HISTORY AND SCHOOL CULTURE**

Recebido em: 15/06/2023

Aceito em: 30/07/2023

Rafaela Alessandra Schneider Hinsching¹ 

Reginaldo Leandro Plácido² 

Resumo: Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento que investiga a história da implantação do Centro de Educação Profissional Timbó (CEDUP Timbó), nos anos de 2000 a 2004, sob a perspectiva da cultura escolar. O CEDUP Timbó é uma escola pública, vinculada e mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que oferece educação profissional de nível médio, nas formas concomitante e subsequente. Neste artigo apresenta-se parte da fundamentação teórica voltada para cultura escolar no estudo da história das instituições escolares. Busca-se compreender as possíveis interferências sociais e políticas que esta escola sofreu no período de sua implantação no município de Timbó. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental sobre Educação Profissional. O objetivo é compreender as possíveis influências que levaram à implantação dessa escola, sob a perspectiva da cultura escolar. Parte dos resultados obtidos apontam que um dos possíveis motivos da implantação do CEDUP, foi a ênfase na descentralização administrativa adotada pelo Governo do Estado de Santa Catarina e amparada na Lei Complementar n.243, de 2003. Além disso, interesses da comunidade local culminaram esforços políticos municipais na instauração de uma escola profissionalizante.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Memória da EPT, História de instituição escolar; Cultura escolar; CEDUP Timbó.

Abstract: This article is part of an ongoing research that investigates the history of the implantation from Timbo Professional Education Center (CEDUP Timbó), during the years 2000 to 2004, from the perspective of school culture. CEDUP Timbo is a public school, linked and maintained by the Government from Santa Catarina State, which offers high school and professional education. This article presents part of the theoretical foundation focused on school culture in the study of the history school institutions. We seek to understand the possible social and political interference that this school suffered during the period of its implantation in Timbo city. Bibliographical and documentary research on Professional Education was used as methodology. The objective is to understand the possible influences that led to the implantation of this school, from the perspective of school culture. Part of the results shows that on of the possible reason for the implantation of CEDUP was the emphasis on administrative decentralization adopted by Government of Santa Catarina state supported by Complementary Low n.243. In addition, local community interests culminated municipal political efforts in the establishment of a vocational school.

Keyword: Professional and Technological Education; EPT Memory, History of the school institution; School culture; CEDUP Timbo

¹Mestranda ProfEPT, Instituto Federal Catarinense, Brasil. E-mail: rafablue.rh@gmail.com

²Doutor em Educação, Instituto Federal Catarinense, Brasil. E-mail: reginaldo.placido@ifc.edu.br

INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento cuja proposta é investigar a história e cultura escolar da implantação do Centro de Educação Profissional Timbó (CEDUP Timbó). Durante os anos de 2000 a 2004, essa instituição escolar teve seu funcionamento no prédio do antigo Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal, como extensão do CEDUP Hermann Hering Blumenau. Em 2009, o CEDUP Timbó teve suas atividades para o prédio da Escola de Educação Básica “Ruy Barbosa”. Somente em 2018, ou seja, 14 anos após ser instalado em Timbó, que o CEDUP teve prédio próprio. Durante o período de sua implantação, o CEDUP Timbó desenvolveu suas atividades mesmo sem ter um prédio próprio. Dessa forma, tem-se interesse em pesquisar a história dessa instituição escolar para compreender qual cultura escolar foi construída durante este período e quais possíveis influências interferiram nesse processo de implantação.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre a história e cultura escolar e as possíveis influências que ocorreram no período da implantação do CEDUP Timbó. Como metodologia de construção de dados foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental. Enquanto para análise optou-se pela Análise Textual Discursiva (MORAES; MARIA GALIAZZI, 2016) e pela mesoabordagem, relacionando aspectos do itinerário histórico da instituição educativa analisada, permitindo uma justaposição de informações de abordagens descritivas e dos registros oficiais (PLÁCIDO *et al.*, 2021), em diálogo com cultura escolar (JULIA, 2001; VIÑAO FRAGO 2001) e com a história da educação profissional no Brasil (CASTRO *et al.*, (2020)). Para compreender a história do CEDUP Timbó, o Projeto Político Pedagógico da instituição escolar foi utilizado como fonte de pesquisa inicial. Para dialogar sobre possíveis influências políticas que contribuíram com a implantação do CEDUP Timbó, o Decreto 1.349 de 21 de janeiro de 2004 foi consultado. Quanto à legislação sobre a criação dos CEDUPs no Estado de Santa Catarina, recorreu-se a legislação específica, além de Resoluções que regulamentam a Educação Profissional no Estado de Santa Catarina. A dissertação de DENISE M. TODOROV (2021) foi apreciada como referencial histórico na criação do CEDUP Hermann Hering Blumenau.

METODOLOGIA

Essa pesquisa é de natureza básica, “considerando que tem objetivo gerar novos conhecimentos” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 25), sendo que não há registros publicados referente a história do CEDUP Timbó. A abordagem da pesquisa é qualitativa, considerando que se trata de um estudo teórico, não sendo possível transformá-lo em algo quantificado. Quanto ao objetivo, a pesquisa é exploratória, e a coleta de dados ocorreu no acervo escolar e no arquivo público municipal, no Projeto Político Pedagógico da instituição escolar e em legislação específica sobre o objeto de pesquisa. As normas e medidas de segurança quanto ao manuseio dos documentos do arquivo público municipal e do acervo escolar foram seguidas conforme orientações do comitê de ética. Como teoria para o aprofundamento de estudos sobre história das instituições escolares, utilizou-se a perspectiva da cultura escolar e, com isso, verificaram-se quais os possíveis impactos sociais que essa instituição escolar causou no município em que foi implantada.

Para análise dos dados, foi utilizada a Análise Textual Discursiva de MORAES; MARIA GALIAZZI (2016). Foram definidos como materiais para análise, os documentos do acervo escolar e jornais do período de implantação do CEDUP Timbó. Uma vez que:

[...] a análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e, por isso, em processo recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica [...] (MORAES; MARIA GALIAZZI, 2016, p.118).

Dessa forma, compreende-se que a ATD pode contribuir significativamente na pesquisa em busca de respostas, conforme contempla os objetivos propostos nesta.

Optou-se ainda por olhar analítico sob a perspectiva da mesoabordagem, no intuito de entender a história da instituição escolar como espaço que, ao mesmo tempo, está integrado ao sistema educativo e acompanha os fluxos locais da comunidade onde está inserida. Esta é uma perspectiva que permite a

[...] construção de um processo histórico que confira uma identidade à instituição educativa analisada, e valoriza as dimensões contextuais e ecológicas (meio envolvente), fazendo com que as perspectivas mais gerais e mais particulares sejam vistas em toda a sua complexidade. (PLÁCIDO *et al.*, 2021)

Para isso, recorreu-se a documentos que pudessem demonstrar os movimentos locais (políticos e históricos) que permitiram reconhecer a instituição escolar como um espaço

constituído de ritmos próprios que interagem com as transformações sociopolíticas e culturais de seu contexto local, regional e nacional.

CULTURA ESCOLAR COMO INFLUÊNCIA HISTÓRICA NA CRIAÇÃO DO CEDUP TIMBÓ

Nesse artigo busca-se refletir sobre a cultura escolar e possíveis influências que uma determinada escola sofre no período de sua implantação. Sob essa ótica faz-se necessário compreender, além do período histórico, o período temporal em que envolve a cultura escolar de uma instituição. O recorte cronológico escolhido na pesquisa são os anos iniciais da fundação do CEDUP Timbó, ou seja, 2000 a 2004, que caracterizam os anos de implantação desta instituição.

Denomina-se o recorte temporal de implantação, pois se relaciona aos anos que gravitam a fundação da instituição escolar. Esta é uma perspectiva de temporalização utilizada em história das instituições escolares a partir de Plácido *et al.*(2021):

Neste sentido, propõem-se a seguinte caracterização de uma cadeia de possíveis ciclos históricos de uma instituição escolar: implantação, o período dos anos iniciais da fundação, construção dos processos e seus primeiros contatos com o meio envolvente; fixação, os processos são plenamente normatizados e a relação com o meio envolvente é plenamente estabelecida; consolidação, as relações com o meio envolvente produzem transformações concretas nas sociedade e na instituição, os egressos são absorvidos pela própria instituição; expansão, a instituição multiplica-se, estendendo-se a outros espaços ou suas características são importadas por outras instituições escolares. (PLÁCIDO *et al.*, 2021, p. 191).

Para falar de cultura escolar, na perspectiva da história das instituições escolares, é preciso delimitar o período histórico a ser pesquisado. No caso do período da implantação do CEDUP Timbó, é possível destacar, pelo menos, duas influências do período histórico delimitado: a legislação sobre educação profissional da época e a alteração no modelo administrativo no Estado de Santa Catarina. Tais influências, dentre outras do período histórico, dialogam diretamente com o modelo de escola a ser implantado e somam-se com os movimentos internos que ocorrem na instituição. Assim é possível afirmar que toda escola, ao longo da sua história, desenvolve uma cultura escolar específica, seja influenciada pelas normas do Estado, pelo papel docente ou pelas práticas escolares desenvolvidas. Há de se observar em qual contexto histórico e sob quais influências a instituição escolar está inserida.

Na perspectiva de Julia, (2001, p.10), define-se cultura escolar:

250

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v5i4.708>

[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10)

Como já mencionado, essa análise quanto à cultura escolar de uma determinada instituição, necessita um olhar cauteloso quanto à sociedade em que esta escola está inserida e à delimitação temporal em que será analisada, bem como os agentes envolvidos. Segundo Juliá (2001, p.11) “[...] para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades [...]”.

Sendo o CEDUP uma escola de educação profissional em uma cidade com amplo polo industrial, busca-se compreender como esta instituição escolar desenvolveu sua cultura escolar no período delimitado, mesmo sem ter um prédio próprio. Da mesma forma, pretende-se perceber quais relações sociais foram estabelecidas naquele período.

Isto posto, o movimento do pesquisador é reconhecer essa estrutura que ronda a cultura escolar, é conhecer a história de uma localidade onde a instituição escolar está inserida e observar a prática dos agentes envolvidos. Para isso, busca-se identificar como a escola dialoga com a sociedade e vice-versa e, qual cultura escolar é produzida naquela instituição.

Essa análise sugere ao pesquisador uma interpretação quanto às normas e condutas estabelecidas por aquela determinada comunidade/escola. Nesse aspecto, sugere-se ao pesquisador, além de curiosidade no ato investigativo, impessoalidade e cautela no ato interpretativo, haja vista o estudo dessa simbologia. Quanto à observação pelas lentes do pesquisador, pode-se indicar como um filtro analítico em busca de, segundo Julia (2001, p.13), desvelar “a caixa preta” não só da escola, mas da própria cultura escolar produzida naquela instituição.

Ainda no mesmo artigo, Julia (2001) apresenta reflexões quanto às fontes de arquivo referente aos estudos de cultura escolar e de como pode-se examinar esta cultura escolar. “A história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço[.]” (JULIA, 2001, p.15). Sabe-se que, na prática docente, pouco se registra e arquiva; seja por escrito, seja um registro fotográfico ou um desenho. Porém, arrisca-se dizer que a cultura escolar é produzida constantemente, naturalmente, através das práticas pedagógicas, pelos conteúdos ministrados na prática docente e, nem sempre se tem o zelo em guardar os

registros pedagógicos realizados. “Poderíamos pensar que tudo acontece de outra forma com a escola, pois estamos habituados a ver, nesta, o lugar por excelência da escrita.” (JULIA, 2001, p. 15).

Ao realizar a travessia pelas práticas pedagógicas, busca-se interagir com as relações sociais onde a escola está naturalmente exposta no seu cotidiano. Os autores Plácido *et al.*, (2021, p.183) mencionam que “as relações e os movimentos realizados pelos atores, mesmo os que não são registrados nos documentos, contribuem para a formação e características de uma determinada cultura escolar.”

Essas relações podem ser simbolizadas pelas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores e estudantes, os projetos educacionais, cantigas de rodas, eventos estudantis, seminários, mostras de trabalhos escolares e/ou uma aula ao ar livre, tradicionalmente sob uma árvore frondosa, por exemplo.

Os autores Plácido *et al.*, (2021, p.193) explicitam que

A relevância da instituição escolar, sua materialização e significado, portanto, não estão restritos à formalização da oferta pedagógica e didática. O contexto sociocultural, a localização, a arquitetura, os meios e materiais pedagógicos constituem matéria, condição e circunstância, cuja integração e diálogos moldam as transformações da escola e do seu meio envolvente (PLÁCIDO *et al.*, 2021, p. 193).

Com isso, sugere-se analisar as práticas pedagógicas realizadas pela instituição objeto de pesquisa e as possíveis transformações nas relações sociais e impactos da instituição escolar na sociedade. “Portanto, como um território intermediário que, em simultâneo, produz e reproduz cultura na relação com seu contexto envolvente.” (PLÁCIDO *et al.*, 2021 p. 185).

Neste sentido, entende-se que a história de uma instituição escolar carrega sua identidade própria, influenciada pela cultura escolar, ou seja, a partir das práticas desenvolvidas na escola e na relação com seu entorno. A cultura escolar refere-se às práticas e modos de transposição didáticas de diferentes conteúdos, comportamentos e normas sociais realizados na (e pela) escola. (PLÁCIDO *et al.*, 2021, p.186).

Pode-se observar essa cultura escolar vinculada à prática, por exemplo, na formação profissional dos estudantes. Através dos livros de registros da instituição escolar pesquisada, pode-se observar quantos estudantes, em quais cursos, em que tempo esta instituição escolar formou estudantes/profissionais. Além desses registros, é possível verificar a cultura escolar de uma determinada instituição através da galeria de fotos das turmas já formadas, por exemplo.

Esses registros delimitam um tempo vivido por aquele determinado grupo de estudantes que possuem características próprias de práticas pedagógicas específicas realizadas por estes agentes. É necessário encontrar um lugar de interseção onde seja possível interpretar a instituição escolar em seu papel protagonista e das relações com seu meio envolvente. (PLÁCIDO *et al.*, 2021, p. 186-187).

Para Viñao Frago (2001, p.62), a escola, enquanto instituição, ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado. Dessa forma, pretende-se observar e perceber qual cultura escolar o CEDUP Timbó produziu no período de sua implantação, no primeiro prédio em que constituiu sua história. Se, por um lado, o CEDUP encontrava-se cedido em um espaço que não era seu por origem, por outro lado, ali fundou sua história.

O território e o lugar são, pois duas realidades individuais e grupalmente construídas. São tanto num quanto no outro caso, uma construção social. Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de entre aqueles que o habitam (FRAGO, 2001, p.64).

Sabe-se que o CEDUP Timbó desenvolveu suas atividades pedagógicas no primeiro prédio durante nove anos (PPP - CEDUP Timbó, 2022). Após este período, esta escola transferiu suas atividades pedagógicas junto à outra unidade escolar, onde permaneceu por mais nove anos até conseguir seu prédio próprio. Como já mencionado, nosso recorte temporal proposto é investigar o período de sua implantação, nos anos de 2000 a 2004. Importa mencionar esse fato histórico vivenciado por essa escola para podermos compreender suas relações sociais na construção da cultura escolar naquele período. Segundo o mesmo autor:

Todas essas questões podem ser referidas ao âmbito da escola como lugar, à sua configuração arquitetônica e à ordenação espacial de pessoas e objetos, de usos e funções que têm lugar em tal âmbito (FRAGO, 2001, p.64).

O autor nos apresenta que espaço e lugar são igualmente constituídos, não de forma individualizada, mas em conjunto com suas relações sociais. Segundo Frago (2001):

Em relação a essa questão, há pelo menos duas perspectivas possíveis. Uma vai do nomadismo e da itinerância até a fixação e à estabilidade. A outra, da ausência de especificidade própria até a sua delimitação e estabelecimento (FRAGO, 2001, p. 66).

Diante do que já se conhece do objeto de pesquisa, mediante material bibliográfico e documental no acervo do CEDUP Timbó, essa escola viveu um período transitório de espaços. Porém, o lugar que o CEDUP ocupou no período de sua implantação é o que instiga o desenvolvimento dessa pesquisa. O que se sabe até aqui é que, essa escola ocupa um lugar no mercado de trabalho e na sociedade em que está inserida. Conforme Viñao Frago (2001, p.77), a escola é espaço e lugar. Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera “fluxos energéticos”. É sobre esses “fluxos energéticos” que pretendemos descobrir como o CEDUP Timbó constituiu sua história no período de sua implantação, na perspectiva da cultura escolar.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL, INFLUÊNCIAS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA E, A HISTÓRIA DO CEDUP TIMBÓ

Conforme Castro *et al.* (2020, p. 336-337), a educação Profissional no Brasil, nos moldes de uma rede de escola e como projeto nacional, surge no contexto da República, a partir do Decreto nº 7.566, de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha. Por este decreto foram criadas em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezanove “Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito:

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeada pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais. Parágrafo único. Estas oficinas e outras, a juízo do Governo, ir-se-ão instalando à medida que a capacidade do prédio escolar, o número de alunos e demais circunstâncias o permitirem. (BRASIL, Decreto nº 7.566, 1909).

Diante disso, percebe-se que houve um interesse governamental da época em aprimorar a mão de obra para um movimento industrial, a fim de buscar o desenvolvimento do mercado de trabalho. Uma instituição escolar de educação profissional, mantém o vínculo formativo para o mundo do trabalho a partir de suas relações entre os sujeitos assim estabelecidos. Essa prerrogativa está destinada ao que a instituição escolar de educação profissional preconiza em sua prática pedagógica.

A proposta curricular de Santa Catarina, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação. (MEC, 2012)

Na Educação Básica, especificamente, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica ocorre por meio dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e dos cursos de educação profissional técnica de nível médio (Artigo 32, da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, e Resolução CNE/CP nº 1/2021).

A legislação estadual de Santa Catarina é pautada na Legislação Nacional. Porém, para dialogar com a legislação da EPT ao nível nacional, recorreremos à Lei Complementar catarinense nº 170/98, em seu capítulo VIII, Art. 48 a 52. Esta lei trata da modalidade da Educação Profissional, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. (SANTA CATARINA, Lei nº 170, 1998). Além da Lei nº 170/1998, é necessário atentar para a Resolução nº 72/2000, que fixa normas para o funcionamento da Educação Profissional de Nível Técnico no Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina. Sobre a EPT em Santa Catarina, a Resolução nº 72/2000 afirma que:

Art.1º A educação profissional de nível técnico, prevista na Lei Nacional nº. 9394/96, na Lei Complementar nº 170/98 e no Decreto Presidencial nº 2208/97, oferecida pelos estabelecimentos de ensino do Sistema Estadual de Educação, obedecerá às diretrizes curriculares nacionais instituídas pela Resolução CEB nº4/99, do Conselho Nacional de Educação, no disposto nesta Resolução e demais atos normativos pertinentes (CEE/SC, Resolução nº 72/2000, 2000, p. 1).

Na rede estadual de ensino de Santa Catarina a Educação Profissional é ofertada através dos Centros de Educação Profissional, denominados atualmente de CEDUPs. O CEDUP Timbó iniciou suas atividades através do Decreto Estadual nº 1349 de 21/01/2004. Antes deste decreto, esta escola funcionava como unidade de extensão do CEDUP Hermann Hering³ de Blumenau. Na época, funcionava em dois turnos, vespertino e noturno, mas com estudantes apenas no período noturno.

Inicialmente, enquanto extensão de Blumenau, essa instituição de ensino ofertava Cursos Técnicos em Administração, Eletrotécnica e Informática. Ao se tornar independente do

³ Para uma leitura aprofundada sobre a história dos CEDUPs no Estado de SC consultar dissertação de DENISE, M. TODOROV (2021), sob o título As Origens do Cedup Hermann Hering: Uma leitura através de jornais dos anos 1973 a 1983.

CEDUP Hermann Hering, no ano de 2004, o CEDUP Timbó, iniciou a oferta de novos cursos técnicos no período noturno. Além dos que já oferecia, outros Cursos Técnicos foram acrescentados, sendo esses: Técnico em Eletrônica, Técnico em Vendas e Técnico em Segurança do Trabalho. Essa instituição de ensino funcionava no centro da cidade onde até os anos de 1998 funcionava o Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal que, por se tratar de uma instituição particular, mantinha convênio com o município de Timbó na oferta de cursos comerciais voltados à profissionalização de jovens e adultos.

No ano de 2008, por um projeto municipal, com intuito de transformar o espaço ocupado pelo CEDUP Timbó em um parque central, a Prefeitura solicitou que a instituição transferisse suas atividades escolares para outro prédio escolar. Sendo assim, o CEDUP mudou de endereço e transferiu suas atividades anexo à Escola de Educação Básica Ruy Barbosa. Em 2010 foi assinado um convênio Estadual e Federal, através do projeto Brasil Profissionalizado, para a construção da sede própria. Conforme consta no alvará de construção, esta obra foi assinada no dia 31 de outubro de 2013. Já o alvará de habite-se foi assinado em 06 de setembro de 2017. O CEDUP foi transferido para o prédio próprio no endereço Rua São Bento, 277, Quintino - Timbó/SC, no dia 03 de fevereiro de 2018. Não houve ato inaugural.

Considerando que a legislação Estadual de Santa Catarina para Educação Profissional de nível médio é pautada através da legislação federal, estabelece-se um diálogo com a legislação federal da EPT e a legislação da rede de ensino estadual de Santa Catarina.

Nos termos da Lei nº 9.349/96 a Educação Profissional e Tecnológica, abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação Profissional Tecnológica, de graduação e pós-graduação (MEC, 2012).

No Estado de Santa Catarina, a Legislação específica da EPT é determinada através do Conselho Estadual de Educação e resoluções específicas que fixam normas autorizativas para o funcionamento dos cursos técnicos. Dentre estes documentos, destacamos:

Resolução nº 073 de 1999 que fixa normas complementares e operacionais às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Especialização de Nível Técnico para o Sistema Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC,1999).

Conforme site oficial da Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina (SED), na Educação Básica, especificamente a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, ocorre por meio dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional dos cursos de educação profissional técnica de nível médio. (CNE/CEB Resolução nº 4/2010).

Em Santa Catarina, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é oferecida em todas as suas formas: articulada com o Ensino Médio (integrada e concomitante) e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio. A Secretaria de Estado da Educação possui Centros de Educação Profissional (CEDUP), distribuídos pelo Estado, que atendem as áreas primárias, secundárias e terciárias. (SED, 2022).

Ainda conforme a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio aumentou gradualmente à medida que foram sendo criados a programas e políticas públicas, tais como:

- a) Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, iniciado em 2005, que definiu a expansão da Rede Federal de Educação Profissional em todo País;
- b) Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007, visando fortalecer as redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica;
- c) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), lançado em 2011, para ser executado pela União, para ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, envolvendo uma série de iniciativas: expansão da rede federal, Brasil profissionalizado, gratuidade dos cursos promovidos pelo Sistema S, Rede e-Tec Brasil, FIES Técnico e Empresa, e Bolsa Formação. Santa Catarina já pactuou com o MEC mais de 29 mil vagas em cursos técnicos de nível médio e mais de 43 mil novos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Destes programas e políticas destacamos o Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6302/2007. (MEC, 2007). Esse Decreto teve como um de seus objetivos fomentar ações que visavam à expansão da oferta da EPT. Foi a partir desse Decreto que ocorreu a ampliação e modernização das redes estaduais de Educação Profissional e

Tecnológica, com a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica. (MEC, 2007).

Ainda segundo o Decreto nº 6302/2007, os recursos do Brasil Profissionalizado foram repassados para os estados por meio de termos de compromissos - desde que o programa fez parte do Plano de Ações Articuladas (PAR). Estes recursos foram destinados à construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da educação. (MEC, 2007). No Estado de Santa Catarina, as verbas oriundas do Decreto nº 6302/2007 foram utilizadas na construção e ampliação dos CEDUPs, inclusive do CEDUP Timbó.

Conforme o PPP do CEDUP Timbó, essa instituição é uma escola pública mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina e, tem suas atividades no município de Timbó, desde 21/01/2004, através do Decreto Estadual nº 1349/2004. (PPP-CEDUP Timbó, 2022, p.50). Importante pontuar que a promulgação seguiu uma lógica administrativa da época focada na descentralização, através das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Este movimento administrativo de descentralização ocorrido na época nos auxilia a compreender o porquê da separação do CEDUP Timbó do CEDUP Hermann Hering de Blumenau.

O CEDUP Timbó é uma escola que oferece educação profissional de nível médio, concomitante e subsequente. Atende estudantes do ensino médio e, egressos que já atuam no mundo do trabalho e buscam uma qualificação profissional, além dos jovens que buscam a primeira oportunidade no mundo do trabalho.

O município onde o CEDUP foi implantado, Timbó, é uma cidade do médio vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Timbó foi fundada por Frederico Donner, imigrante alemão, em 12 de outubro de 1869, como colônia extensão do município Blumenau. A criação do município de Timbó foi viabilizada no governo Aristiliano Ramos, através do Decreto nº 527, datado de 28 de fevereiro de 1934. (CRISTINA FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 300).

Timbó incrementou sua economia a partir da década de 1940, porém sua principal atividade produtiva estava vinculada ao setor agrícola. A produção industrial, inicialmente, ficou restrita a três empresas, das quais duas eram ligadas diretamente ao setor primário. Essa situação alterou-se apenas na década de 1950, período em que surgiu um parque industrial mais diversificado. (CRISTINA FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 322).

A cidade de Timbó, a partir da implantação do parque industrial, desenvolveu novas atividades econômicas, se destacando na região. Sendo assim, não é estranho constatar que, com o movimento administrativo de descentralização ocorrido a partir do início dos anos 2000, a cidade tornou-se um importante polo de desenvolvimento e, por isso, sua unidade CEDUP foi descentralizada e separada de Blumenau.

Esse movimento político refere-se à Lei Complementar nº 243, de 2003, política de descentralização do Governo do Estado de Santa Catarina. Segundo Mattei (2016, p.245), o candidato ao governo do estado da época, pelo PMDB - Luiz Henrique da Silveira, apresentou o Plano 15, seu principal objetivo era promover o desenvolvimento regional.

Com isso, inicialmente, foram criadas 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), as quais foram espalhadas por todo território catarinense, cada uma delas contando com um respectivo Conselho de Desenvolvimento Regional(CDR), com caráter Deliberativo. No âmbito estadual criou-se o Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC) (MATTEI, 2016, p. 245).

Estima-se que um dos motivos que possam ter tido influência na criação do CEDUP Timbó, foi motivado por essa descentralização do Governo do Estado de Santa Catarina e oportunamente estabeleceu-se força política para isso. Sabe-se também que, devido a mudanças na legislação nacional, e o fechamento do Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal nos anos de 1998 a 1999, compreende-se que este foi um dos motivos para instaurar a unidade de extensão da então escola técnica Hermann Hering.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Destaca-se que este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento, que se encontra na primeira etapa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental no acervo escolar físico e digital, além do arquivo público municipal. Alguns dados apontados aqui, foram encontrados no acervo escolar do objeto de pesquisa. Considera-se que os resultados são parciais, uma vez que o estudo sobre cultura escolar é amplo e tem tido significativa relevância nas últimas décadas sobre história das instituições escolares.

Sugere-se que uma das possíveis influências na formação da cultura escolar na implantação do CEDUP Timbó, é o polo industrial que existe no município de Timbó. O município onde o CEDUP foi implantado, Timbó, é uma cidade do médio vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Timbó foi fundada por Frederico Donner, imigrante alemão, em 12

de outubro de 1869, como colônia extensão do município Blumenau. A criação do município de Timbó foi viabilizada no governo Aristiliano Ramos, através do Decreto nº 527, datado de 28 de fevereiro de 1934. (CRISTINA FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 300). Características históricas, sociais, econômicas e políticas podem ser possíveis indícios da influência da cultura escolar na implantação do CEDUP Timbó.

Além disso, segundo fontes de jornais da época, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), instituída em 1996, os municípios foram obrigados a investir 25% do orçamento em Ensino Fundamental e Educação Infantil. O Ensino Médio e Profissionalizante ficou a cargo do Governo Estadual. Por esse motivo, a Secretaria de Educação de Timbó se viu obrigada, desde 1998, a não aceitar matrículas para o Ensino Médio, o que culminou no fechamento do Colégio Leoberto Leal. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 26 de fev. 2000, p.7). Além de mudanças importantes na legislação estadual, que refletiu na organização da administração pública municipal da época, interferências políticas fizeram parte do processo de criação do CEDUP Timbó.

Por meio de recortes de jornais encontrados no arquivo público municipal da cidade, sabe-se que houve manifestações por parte da sociedade contra o fechamento do antigo Colégio Comercial Dr. Leoberto Leal.

Estudantes do Colégio Municipal Leoberto Leal estiveram na última terça-feira na Câmara de Vereadores para manifestarem-se contrários a desativação do educandário, proposta pela Secretaria Municipal de Educação. Representados pelo aluno, Vinícios Sobalwsky, os estudantes obtiveram um espaço na Câmara, quando tiveram a oportunidade de expor suas ideias (JORNAL DO MÉDIO VALE, 21 de nov.1997, p. 5).

Segundo as mesmas fontes de jornais, os alunos representados foram ouvidos pelos vereadores que também se manifestaram referente ao assunto.

Após a fala do Sobalwsky, os vereadores efetuaram seus pronunciamentos pessoais, a maioria se referindo com carinho ao Colégio Leoberto Leal. O primeiro a falar foi o vereador Dediergo Wolter Filho (Dida/PFL). Ele defendeu a ideia da Prefeitura de amadurecer a possibilidade de privatização em parceria entre professores e estudantes, que poderão criar uma Fundação. Celso Cristofolini (PSDB), classificou o ato dos estudantes como uma demonstração de cidadania. “Os alunos estão defendendo um grande patrimônio, o seu Colégio. Isso é um grande avanço”, elogiou Celso (JORNAL DO MÉDIO VALE, 21 de nov.1997, p. 5).

As mesmas fontes de pesquisa confirmam que mudanças na legislação educacional contribuíram para o fechamento do então Colégio Leoberto Leal.

A vereadora Maria Pellin (PPB), representante da classe do magistério, disse que a medida adotada pela Prefeitura pode parecer dura, “mas não há outra saída, se a determinação é do Governo Federal. O município ficou responsável pela educação básica”, explicou Maria. Ela falou olhando para os estudantes, afirmando que “todos sabem que se não tivermos uma boa base, não podemos prosseguir nos níveis superiores”, acrescentou (JORNAL DO MÉDIO VALE, 21 de nov.1997, p. 5).

Concluídos os pronunciamentos pessoais, os estudantes deixaram o plenário, realizaram uma concentração defronte a Prefeitura e, em seguida, saíram em passeata pela Avenida Getúlio Vargas até a Praça Central, passando pela Rua General Osório e Avenida Sete de Setembro, se voltaram de frente para o Colégio e cantaram o Hino Nacional. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 21 de nov.1997, p. 5).

Os alunos levaram duas faixas durante a passeata, com as inscrições: “Diga não à extinção do Colégio Leoberto Leal” e “Sr. Prefeito não exclua o nosso futuro”. Os estudantes garantem que não vão desistir da ideia e prometem novas investidas (JORNAL DO MÉDIO VALE, 21 de nov.1997, p. 5).

A partir disso, houve um movimento político da administração municipal da época no interesse da vinda do CEDUP Hermann Hering enquanto unidade de extensão para Timbó, em caráter experimental.

O diretor da 4ª CRE (Coordenadora Regional de Educação) Bernardo Campestrini, esteve no município, no último dia 22 de dezembro, antevéspera de Natal, para a assinatura de convênio com a Prefeitura, no qual está previsto a destinação do prédio do extinto Colégio Leoberto Leal para a instalação de uma extensão da Escola Técnica Hermann Hering, de Blumenau - antigo CIS (JORNAL DO MÉDIO VALE, 30 de dezembro de 1999, p. 7).

Ainda segundo as mesmas fontes de jornais, as matrículas para os cursos técnicos no então CEDUP Timbó obtiveram um aumento de 100% no ano anterior, ou seja, de 2003 para 2004. (JORNAL DO MÉDIO VALE, 14 de fev. 2004, p.13). Possivelmente este fato contribuiu para a administração pública mobilizar esforços políticos para a municipalização do CEDUP Timbó. A partir da descentralização da gestão do Governo do Estado de Santa Catarina, o

CEDUP Timbó tornou-se independente pelo decreto de criação nº 1349 de 21 de janeiro de 2004.

A Lei Complementar nº 243, de 2003 sobre a política de descentralização do governo, foi uma das possíveis responsáveis pela independência do CEDUP Timbó.

Além de influências políticas, manifestação social e interesse por parte da comunidade de Timbó, percebe-se a importância pela implementação e continuidade da educação profissional na cidade. Compreende-se que a partir do fechamento de uma escola de educação profissionalizante municipal instaurada há mais de quatro décadas, a vinda do CEDUP para Timbó fez com que a comunidade escolar mantivesse o atendimento da educação profissional, manifestando assim uma possível cultura escolar daquele período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste artigo aponta que o material de pesquisa, encontra-se em andamento e aprimoramento de estudos da teoria sobre cultura escolar, bem como legislações pertinentes à educação profissional no Brasil e Estado de Santa Catarina. Ao pesquisar sobre a história de uma instituição escolar, alguns movimentos vão ocorrendo ao longo da pesquisa. Um destes movimentos é o descortinamento da formação do pesquisador.

Conforme o trabalho do pesquisador avança através das buscas, de estudos de novas descobertas no arquivo público, novas leituras são feitas e, assim, gradualmente, o quebra-cabeça vai se formando, avançando nas descobertas das perguntas iniciais propostas no projeto de pesquisa. Pode-se dizer que, o pesquisador percorre um caminho escuro e, conforme os estudos e a pesquisa vão avançando, a luz se acende no caminhar acadêmico.

Com os dados encontrados até o momento, percebe-se que a implantação de uma escola técnica nos anos de 2000 veio para dar continuidade a uma cultura escolar implantada ainda nos anos de 1956. O fechamento do então Leoberto Leal, uma escola particular no município de Timbó, a qual atendia o comércio e indústria, fomentando a qualificação de mão de obra para as indústrias, foi substituída por outra escola técnica, em 2000, agora estadual.

Esta pode ser uma das possíveis pistas da cultura escolar no período de implantação do CEDUP Timbó. O tradicionalismo em manter o que a comunidade local estima, ou as parcerias políticas e empresariais em atender a demanda do mercado de trabalho, da época.

Na perspectiva de contribuir com fontes de pesquisa sobre a história da implantação de

instituições escolares e cultura escolar, o presente artigo foi desenvolvido para revisitar questionamentos que levaram o desenvolver da pesquisa. Espera-se com isso contribuir sobre a teoria da cultura escolar e, não apenas para o objeto de pesquisa, mas para futuros pesquisadores da mesma temática. Os artigos utilizados para as reflexões iniciais acerca do andamento desta pesquisa, contam como fonte bibliográfica. Até o momento, a pesquisa mostrou fragmentos de respostas que relatam uma história da implantação do CEDUP Timbó bem como uma história da educação profissional no município de Timbó.

A partir das entrevistas com os profissionais da época do período da implantação, seguiremos percebendo e investigando como a cultura escolar foi desenvolvida no período de implantação do CEDUP Timbó, no recorte temporal proposto 2000 a 2004. Como apresentado inicialmente, a história de uma instituição escolar requer um olhar cauteloso por parte do pesquisador, verificando seu meio envolvente.

Finaliza-se o presente artigo, enfatizando que para além de um prédio arquitetônico, a história de uma instituição escolar se faz com pessoas, fatos, ações e de construção social. Portanto, seguimos em desenvolvimento da pesquisa para que, mesmo após finalizada, o trabalho do pesquisador continue sendo o de questionar, duvidar e querer saber mais, não apenas sobre o objeto de pesquisa, mas também sobre suas relações consigo e com o mundo em que está inserido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas Capitais do Estado a Escola de Aprendiz e Artífices, para o ensino profissional primário gratuito.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em 01. jun.2022.

BRASIL. Lei Nº 5692/71. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 07 de out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 04 jun. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 2208 de 17 de abril de 1997. **Revogado pelo Decreto 5.154 de 2004.** Regulamenta o § 2 do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em 08 de out. de 2022.

BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 04/99. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf Acesso em 14 de ago.2022.

BRASIL. Decreto Nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Brasil Profissionalizado.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm. Acesso em 02 de ju.2022.

BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 510 DE 07 DE ABRIL DE 2016. **Resolução sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais .** Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 09 de jul.2022.

BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> Acesso em: 14 de ago.2022.

CASTRO *et al.*, **História Socioespacial Do Trabalho No Brasil, Educação Profissional E Tecnológica e a Questão Regional.** Revista Labor, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/55371/1/2020_art_cacastrorlpl%c3%a1cido.pdf. Acesso em 18 jun.2022.

CEDUP Timbó, **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CEDUP TIMBÓ**, 2022. Acervo Escolar.

FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel Fabrício. **Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó** \ Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico.** Revista Brasileira De História Da Educação, v.1,n. 1 [1], p. 9-43, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em 01 Jul.2022.

MATTEI, Lauro. **Mudanças recentes na política de descentralização do estado em Santa Catarina.** Revista Política e Planejamento Regional. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho/ dezembro 2016, p. 243 a 262. ISSN 2358-4556.

MORAES, R.; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva.** 3ª ed. rev. e ampl. Ijuí. Ed.Unijuí. 2016.

PLACIDO, R.L.; SHIRLEY BENKENDORF, K.J.; DENISE TODOROV, M. Porosidade e Permeabilidade: Uma abordagem mesoanalítica na história das instituições escolares a partir da

cultura escolar. **Revista Metodologia e Aprendizado**, [S.I.], v. 4, p. 183-196, 2021. DOI: 10.21166/metapre.v4i.2221. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/2221> Acesso em 02 jun.2022.

SANTA CATARINA, **Constituição do Estado de Santa Catarina, 1989**. Diário da Assembleia Legislativa nº 3.306 de 19/10/1989 Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html>. Acesso em 01 de jun.2022.

SANTA CATARINA, LEI COMPLEMENTAR Nº 170, de 07 de AGOSTO DE 1998. **Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação**. Disponível em:

<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-173-1998-santa-catarina-da-nova-redacao-ao-paragrafo-unico-do-artigo-41-da-lei-n-170-98-que-dispoe-sobre-o-sistema-estadual-de-educacao>. Acesso em 01 de jul. 2022.

SANTA CATARINA, LEI COMPLEMENTAR N 243, de 30 de JANEIRO de 2003, Estabelece nova estrutura Administrativa do Poder Executivo. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/243_2003_Lei_complementar.html#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20243%2C%20de%2030%20de%20janeiro%20de%202003&text=Estabelece%20nova%20Estrutura%20Administrativa%20do%20Poder%20Executivo.&text=Governador%20do%20Estado-Art.,auxiliado%20pelos%20Secret%C3%A1rios%20de%20Estado. Acesso em 01/08/2022.

SANTA CATARINA, **Decreto nº 1349 de 21/01/2004**, publicado no Diário Oficial SC, nº 17.319, de 21.01.2004.

SILVEIRA, D.T. & CORDOVA,F.P. **A pesquisa científica. Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora: UFRGS 2009.

TODOROV, Denise, M.(2021) Dissertação: As Origens do Cedup Hermann Hering: Uma leitura através de jornais dos anos 1973 a 1983. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644380/2/AS%20ORIGENS%20DO%20CEDUP%20HERMANN%20HERING-%20UMA%20LEITURA%20ATRAVE%CC%81S%20DE%20%20JORNAIS%20DOS%20ANOS%20DE%201973%20A%201983.pdf> . Acesso em 09 de maio de 2023.

VIÑAO Frago, Antonio, **Currículo, Espaço e Subjetividade, a arquitetura como programa**./ Antonio Viñao Frago e Agustín Escolano: [tradução Alfredo Veiga-Neto]. - 2ª edição- Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JORNAL

ESTUDANTES fazem manifesto em defesa do Colégio Leoberto Leal. **JORNAL DO MÉDIO VALE**, 21 nov.1997, p. 6.

LADÉHOFF esclarece sobre o fechamento do Colégio Municipal Leoberto Leal. **JORNAL DO MÉDIO VALE**, 26 fev. 2000, p.7.

CEDUP é municipalizado e amplia espaço físico para atender a demanda. **JORNAL DO MÉDIO VALE**, fev. 2004, p.13.